

# Vidigal insiste na redução do "spread"

**São Paulo** — Salvaguardas para evitar possíveis alterações nas condições do mercado internacional e redução no **spread** são pontos desejáveis de serem obtidos pelo Brasil na renegociação de sua dívida externa junto a banqueiros internacionais, alertou o presidente do Conselho de Administração do Banco Mercantil de São Paulo, Gastão Eduardo de Bueno Vidigal.

O banqueiro paulista acha que a busca de um acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional) deve ser encaminhado dentro das linhas gerais das negociações em curso que não se completaram e explicou: "Reescalonamento dos vencimentos dos próximos 5 ou 6 anos para os próximos 15 anos, com redução de **spread**. Seria desejável se tentar obter mecanismos de salvaguarda para possíveis alterações das condições dos mercados internacionais."

— Penso que o prazo de 140 dias obtido foi uma demonstração de confiança do FMI e dos bancos internacionais na economia brasileira e que, neste período, será possível acertar os detalhes do esquema den-

tro das linhas gerais já conhecidas — salientou o banqueiro.

## Sem restrições

Gastão Eduardo disse que nunca foi favorável a restrições a entrada de novos bancos estrangeiros no país, por entender que "a concorrência é saudável", mas faz a seguinte análise sobre o assunto:

— Penso que a entrada de novos bancos nacionais ou estrangeiros num mercado altamente competitivo como o é o mercado bancário brasileiro, com mais de 80 bancos comerciais privados, 35 bancos de investimentos e centenas de corretoras e distribuidoras, que estão sujeitos à concessão de cartas patentes e ilimitados em sua expansão, deve ser feita com cautela para não beneficiar as novas instituições em detrimento das antigas.

O presidente do Conselho de Administração do Banco Mercantil de São Paulo também é favorável à reabertura dos debates sobre a lei de informática, pois "a atual parece por demais restritiva".

— Se é justo haver algum mecanismo temporário que proteja uma

Foto de Arquivo



Gastão Vidigal

indústria nascente, e para isso existem as tarifas alfandegárias, é prejudicial ao país impedir o livre acesso da tecnologia mundial, especialmente num setor que requer altos gastos em pesquisas e de rapidíssima obsolescência — afirmou o empresário.

Ao analisar a atual situação econômica do país, Gastão Eduardo de Bueno Vidigal disse que está preocupado com o risco do recrudescimento da inflação e explicou que "já se sabia que havia um represamento de preços pela ação do CIP e a contenção do reajuste de tarifas dos serviços públicos que, por isso, não teriam força para reverter o crescimento dos preços".

— Todavia — prosseguiu o banqueiro — o índice de 14% registrado em agosto último superou as expectativas gerais. O restabelecimento da antiga fórmula de cálculo da correção monetária sepultou o índice de 14% e impediou que continuassem os saques nas cadernetas de poupança, mas introduz novamente a incerteza quanto à correção monetária dos ativos indexados até o fim de cada mês, com todos os inconvenientes que essa incerteza já havia trazido.

Gastão Eduardo acredita que a inflação deste ano deverá se situar em torno de 225%.

O empresário ainda não tem noção sobre a nova postura do Banco Central, pois "ainda não é possível saber-se qual venha a ser, porque ainda não houve leilões de títulos federais com a nova administração".

— As declarações das autoridades monetárias de que se orientarão no sentido da baixa da taxa de juros dos títulos públicos merecem aplausos. Espero que tenham sucesso e, também, que não esmoreçam na contenção das despesas públicas.

O presidente do Conselho de Administração do Banco Mercantil de São Paulo acredita que a economia brasileira cresça até 5% este ano, levando em consideração informações que tem sobre a agricultura, comércio e indústria e afirmou: "Alguns setores foram prejudicados pelas greves mas, em geral, a performance é positiva.

Gastão Eduardo também é de opinião que a política salarial em vigor está "condizente com a realidade inflacionária e refletiu-se em elevação do poder aquisitivo da população".